

Lopes, Maria Antónia, “As petições de esmola dirigidas às Misericórdias como fonte para a história da pobreza. O caso de Coimbra de meados do séc. XVIII a meados do XIX” in *Actas das Jornadas de estudo: as Misericórdias como fontes culturais e de informação, CD-ROM, Câmara Municipal de Penafiel e Arquivo Municipal de Penafiel, 2002.*

As petições de esmola dirigidas às Misericórdias como fonte para a história da pobreza. O caso de Coimbra de meados do séc. XVIII a meados do XIX

Introdução

Antes da concessão dos socorros, era usual que as Misericórdias exigissem saber as condições concretas dos pobres. Para isso, os candidatos à assistência tinham de entregar na instituição um requerimento onde explicavam a sua situação e de que ajuda específica careciam. A veracidade das petições vinha atestada pelo pároco e frequentemente também por um médico ou cirurgião quando o pobre alegava ser doente. Assim sendo, estes documentos revelam-se fontes históricas credíveis e é vulgar encontrarem-se nos arquivos das Santas Casas.

O Arquivo da Misericórdia de Coimbra (AMC) guarda milhares desses requerimentos. Tive ocasião comprovar as suas potencialidades como fonte para a história da pobreza¹. As informações que transmitem são ricas e únicas. É que embora redigidas por outrem, quiçá “profissionais” na matéria, constituem, apesar de algum formalismo das frases feitas, uma das fontes históricas mais ricas e surpreendentes que manuseei. Testemunhos ditados pelos próprios famintos, são afinal uma das poucas fontes produzidas pelos próprios pobres.

¹ LOPES, Maria Antónia - *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*. Viseu: Palimage, 2000, I, pp. 583-586; II, pp. 107-110, 156-168, 182-259, 263-277. O texto que aqui se apresenta é, fundamentalmente, um resumo do capítulo VII, *Caracterização da pobreza coimbrã*.

Em perfeita sintonia com as ideias da época, a Misericórdia de Coimbra privilegiava a concessão de socorros justificados por requerimento devidamente certificado e que destinava aos pobres desamparados e moralmente merecedores. Por isso, e porque serviam como documento comprovativo de despesas visto que em cada uma se exarava a esmola concedida, as petições de pobres abundam no seu arquivo. Para se ter uma ideia do movimento peticionário a que me refiro, diga-se que entre 1750 e 1770 se deferiram na Misericórdia coimbrã uma média de 70 requerimentos por mês, entre 1809 e 1814 são já 102, em 1840-44, atingem os 177 mensais. Em 11 meses do ano de 1844 atenderam-se 2.673 petições de pobres (243/mês). No ano anterior, em apenas 8 meses haviam sido contemplados 2.468 requerentes (309/mês) Só no mês de Dezembro de 1843 despacharam-se com esmola 1.155 petições.

Com a análise destes documentos não entramos nas vastas massas da pobreza, porque só existem no AMC as petições deferidas. Aqueles que se desviavam das normas morais, nem pediam ajuda ou, se o fizessem, não eram atendidos. Não encontramos aqui, por exemplo, prostitutas. As esmolas da Misericórdia destinavam-se exclusivamente aos *pobres meritórios* ou *pobres honrados* ou, ainda, *pobres envergonhados*. Estes pobres gozam de certa estima social porque nunca tendo tido uma situação económica desafogada, não mendigaram enquanto conseguiam sustentar-se, o seu comportamento social é irrepreensível e, sendo mulheres e sempre que possível, trabalham recolhidas em casa. Em grande parte constituídos por antigos artesãos e comerciantes, ou seus familiares, são circunstâncias precisas, como a velhice ou a doença, que os obrigam a recorrer à Santa Casa. O pobre meritório é o pobre a quem se reconhece toda a legitimidade para pedir ajuda. É o *verdadeiro pobre*.

Vou, pois, apresentar as conclusões a que cheguei sobre estes peticionários socorridos pela Misericórdia de Coimbra, esperando que muitos outros requerimentos, provenientes de outras Misericórdias implantadas em centros populacionais de características diferentes, venham também a ser estudados, pois os arquivos das Santas Casas aí estão à espera que os explorem. Tais conclusões são os resultados obtidos pela análise de 1.555 petições de pobres dirigidas à Santa Casa, e por ela deferidas, datadas de 1769, 1785, 1813, 1817 e 1843.

Distribuição espacial da pobreza

A residência é referida por quase todos os peticionários sendo, na sua grande maioria, (89% das mulheres e 85% dos homens) residentes em Coimbra ou seus arrabaldes. A freguesia exacta de cada suplicante é conhecida para a quase totalidade. É, pois, possível e fácil traçar a distribuição topográfica da pobreza urbana, até porque, na sua grande maioria, indicam também a rua ou bairro onde residem.

Através destas fontes, conclui-se que relativamente ao peso demográfico das freguesias da cidade, este segmento da pobreza em finais do século XVIII vivia sobretudo nas paróquias de St^a Cruz, em menor grau em S. Tiago e S. Bartolomeu e rareavam na de S. Pedro. Mas na 2^a década de oitocentos a configuração social da cidade tinha mudado. Concentram-se agora em St^a Justa e a Alta alberga cada vez mais pobres. Por meados do século XIX há nova distribuição espacial da pobreza: acumulam-se nas zonas limítrofes, mas também nas freguesias preferidas das classes elevadas, e têm menor importância numérica nas zonas laboriosas e artesãs da cidade. As freguesias mais altas da cidade eram as zonas residenciais do escol social coimbrão, que se instalava nas imediações da Universidade, das duas catedrais, do Paço episcopal e dos inúmeros colégios. Mas eram também, e cada vez mais no século XIX, áreas habitadas por gente muito pobre: albergavam os mais estimados grupos sociais, assim como acolhiam os indivíduos mais despojados.

Assim, se havia preferências notórias, isso não significava segregação no espaço. Ou melhor, não havia segregação dos “verdadeiros pobres”. Os outros, os viciosos, eram sistematicamente expulsos do território académico, embora regressassem sempre que podiam. O espaço urbano era muito mais inter-classista do que na actualidade. A pobreza não constituía ainda o estigma fracturante que apresenta actualmente. Estigmatizados estavam, sim, os comportamentos.

Dimensão demográfica da pobreza

Estas fontes permitem ter uma ideia do peso demográfico dos pobres na população urbana. Na festa do Natal de 1843 a Santa Casa deu esmolas a 1.155 pessoas. Nesse ano existiam em Coimbra cerca de 3800 fogos. Por princípio sempre respeitado, excepto se de tal facto não se apercebesse, a Misericórdia não concedia esmolas a mais do que um

membro do mesmo agregado e por isso a taxa de socorridos relativamente aos fogos da cidade tem pertinência estatística. Os números apontam, portanto, para 30% das famílias nesse mês de Dezembro de 1843 (e friso que é nesse ano e mês concretos porque a pobreza é em extremo flutuante). Contudo, tem de ser levado em conta que os criados ou pessoas alojadas por caridade em casa alheia (que constituem uma boa porção dos suplicantes), embora sejam de facto pobres, vivem em agregados que o não são. Assim sendo, a percentagem de pobres assistidos pela Santa Casa relativamente às famílias coimbrãs não pode ser tão elevada, mas certamente a taxa de pauperização urbana não era muito inferior. É que os suplicantes atendidos pertencem exclusivamente à pobreza merecedora da assistência e não a toda a pobreza existente na cidade.

Sexos

As mulheres constituem sempre mais de 80% dos suplicantes de esmola que se dirigem à Santa Casa. Excluindo os peticionários residentes fora das 9 freguesias da cidade, situa-se a taxa de feminilidade nos 85% nos dois anos de setecentos, atinge 88% tanto em 1813 como em 1817 e desce para 83% em 1843. Na totalidade, a taxa de feminilidade é de 86%. Confirma-se o peso avassalador do sexo feminino na população indigente, o que é uma constante já salientada pela historiografia europeia da pobreza.

Idades

Embora algumas idades dos requerentes de esmola estejam numericamente expressas, na sua maioria são referidas de forma bastante vaga. Os idosos descrevem-se a si próprios como *velhos*, *“entrados”*, *“já caídos”*, *idosos*, *decrépitos*, *de idade avançada*, *acrescida ou crescida*, *adiantada*, *alcançada*, *avultada*, *provecta*. Por vezes os párocos que atestam as petições informam de maneira mais precisa. Assim, uma suplicante que se dizia velha teria segundo o pároco 78 anos, uma outra 80. Um homem que se intitulara de *provecta* idade rondaria os 70 anos. Os novos são *menores*, *pupilos*, *raparigas*, *“na flor da idade”*. Só é possível, portanto, uma aproximação às idades destes pobres utilizando classes muito amplas e mesmo assim só para 27% das mulheres e 25% dos homens. Assim sendo, encontra-se o seguinte:

Quadro 1 - Classes etárias conhecidas dos suplicantes

Idade	Mulheres	Homens
<16	12%	41%
16-30	2%	
46-60	3%	
=>60	83%	59%

A fonte é muito lacunar, mas a conclusão a tirar é que o sexo masculino só é atendido quando a idade o torna vulnerável. As mulheres pela sua fragilidade na obtenção de recursos alcançam alguma protecção durante a força da vida, sem dúvida quando são solitárias e doentes ou viúvas com filhos, mas é sobretudo a velhice que as torna também mais aptas à esmola.

Estados conjugais

A situação matrimonial das mulheres aparece relativamente bem elucidada. O mesmo não sucede no sexo masculino cujo estado conjugal está omissa em mais de metade da série.

Quadro 2 - Estados conjugais conhecidos dos suplicantes

Estado	Mulheres	Homens
Solteiros	45%	24%
Viúvos	41%	7%
Casados	14%	69%

Não há dúvida que o estado matrimonial potenciava, quando não mesmo provocava, a pobreza, funcionando com resultados contrários nos dois sexos. Acresce que tratando-se aqui de pobres assistidos e não de todos os pobres de Coimbra, podemos legitimamente pensar que a percentagem de casais indigentes era muito maior dentro da multidão dos pobres, pois à partida suscitavam menor compaixão do que as viúvas, as donzelas, os velhos e as crianças.

Famílias

Os textos dos suplicantes são tão ricos que foi possível determinar as estruturas familiares de 77% dos pobres atendidos. As mulheres são especialmente cuidadosas na descrição das suas famílias, permitindo tipificar os agregados em que se inserem em 81%

dos casos. Os homens mostram-se muito mais imprecisos. Só 55% fornecem elementos que possibilitam a classificação das suas famílias.

Quadro 3 - Estruturas familiares dos suplicantes (tipos)²

Família tipo (casos possíveis de tipificação)	Mulheres	Homens
1. Solitária	64%	40%
2. Grupo de parentes sem estrutura conjugal	4%	7%
3. Família nuclear	28%	53%
4. Família alargada	1%	0%
5. Dependente em família de estrutura desconhecida	2%	1%
6. Comunidade religiosa ou Recolhimento	2%	0%
Total	100%	100%

Como se poderia suspeitar pela análise dos estados conjugais e agora se confirma, as mulheres pobres vivem maioritariamente isoladas, alcançando uma percentagem elevadíssima a qual significa, para além do sofrimento e dificuldades impostas pela solidão, que, como tão sugestivamente elas dizem, “não têm quem lho ganhe”. Ao longo das séries em apreço, o fenómeno acentua-se constantemente, isto é, a situação familiar e económica das mulheres pobres de Coimbra agrava-se. Em segundo lugar, as suplicantes integram-se numa família nuclear mas, como veremos, em larga parte do sub-tipo viúva com filho(s).

Os agregados que classifiquei como tipo 2 são bem reveladores da precaridade das situações que implicavam tal estratégia de sobrevivência, nomeadamente no período que se segue às invasões francesas (6,5% em 1817). Em 1785 tem também alguma expressão as mulheres que embora residindo em comunidades religiosas ou recolhimentos vivem na indigência (5%). De notar que não foi encontrada nenhuma família polinuclear.

Embora os quantitativos sejam escassos, os resultados revelam que os homens que apelam à compaixão da Misericórdia são maioritariamente solitários nos anos do pós-guerra (51% e 40%), mas chefes de família nos outros períodos (75% em 1785 e 58% em 1843). Comparando 1785 com 1843 a percentagem de isolados cresceu muito, de 21% para 36%. Tal como se verificara para as mulheres, em 1817 cresce o peso relativo dos agrupamentos de indivíduos que vivem em comum sem que os unam laços de filiação. Tipo familiar característico de épocas de dificuldade, é sintomático que a sua expressão

² Tipologia baseada na consagrada classificação de Peter Laslett.

seja maior em 1817. Os resultados parecem revelar que em 1813, ano ainda mais problemático, a crise era tão grave que nem conseguiam enquadrar-se em grupos, prevalecendo os solitários puros. Nesses dois anos aumenta também em ambos os sexos o número de suplicantes que vive situações de dependência em casas de estranhos, assim como cresce, em 1817, de um para dois por cento a proporção de mulheres moradoras com familiares cujo núcleo alargam.

Em 1785, 15% das mulheres esclarecem que não têm família nenhuma. Em 1813 dizem-no 11% das requerentes de esmola. Nos outros anos esta declaração aparece mais raramente. No conjunto de todos os anos recolhidos, são 106 mulheres (8%) que afirmam não ter parentes. Outras, que salvo em 1785 são sempre em percentagens elevadas, queixam-se que, embora tendo familiares, se acham por eles desamparadas. Este comportamento por parte das famílias, com especial incidência em 1843 (24%), parece apontar para uma certa desagregação das redes familiares de apoio ou para crescentes dificuldades económicas destas camadas sociais que impossibilitam um amparo efectivo aos parentes. Uma mulher de 1843 explica estar desamparada porque só tem uma filha viúva, muito pobre e cheia de filhos menores. Outra, de 1785, acusa o filho de ter montado casa à parte e ganhar só para si. Que foram abandonadas pelo marido (que “nada lhe dá”, que “não faz caso dela nem dos filhos”) é o lamento de outras mulheres, sobretudo em 1843.

Os elementos fornecidos pelas petições possibilitaram integrar em sub-tipos familiares 1.110 pobres requerentes de ambos os sexos.

Quadro 4 - Estruturas familiares das mulheres suplicantes (tipos e sub-tipos)

Tipo	Sub-tipo	%
1. Solitário	a) Mulher viúva	26,3
	b) Mulher celibatária	33,1
	c) Mulher casada abandonada	0,4
	d) Mulher com estatuto conjugal indeterminado	7,8
2. Grupo de parentes sem estrutura conjugal	a) Irmão(s) e/ou irmã(s)	1,6
	b) Avó e neto(s)	0,6
	c) Mulher solt ^a ou v ^a com ascendente(s) a cargo	1,3
	e) Outros laços de parentesco	0,5
3. Família nuclear	a) Casal	2,3
	b) Casal com filho(s)	6,6
	c) Viúva com filho(s)	15,9
	d) Mulher casada abandonada com filho(s)	1,4
	f) Mulher de estatuto conjugal desc. c/ filho(s)	1,3
4. Família alargada	a) Ascendente	0,2
	b) Descendente	0,5
	c) Descendente e colateral	0,1
Total		100

Quadro 5 - Estruturas familiares dos homens suplicantes (tipos e sub-tipos)

Tipo	Sub-tipo	%
1. Solitário	e) Homem viúvo	3,6
	f) Homem solteiro	24,3
	g) Homem com estatuto conjugal indeterminado	17,1
2. Grupo de parentes sem estrutura conjugal	a) Irmão(s) e/ou irmã(s)	3,6
	d) Homem solt ^o ou v ^o com ascendente(s) a cargo	1,8
	e) Outros laços de parentesco	1,8
3. Família nuclear	a) Casal	4,5
	b) Casal com filho(s)	39,6
	g) Viúvo com filho(s)	3,6
Total		100

Relativamente a todas as petições de homens e mulheres passíveis de classificação de sub-tipo, os agregados familiares indubitavelmente chefiados por mulheres (883) atingem os 80%, situando-se as maiores proporções em 1813 e 1817, o primeiro com 83% e o segundo com 82%.

A dimensão das famílias acha-se esclarecida em mais de um milhar de petições, mas em muitos casos só é possível perceber o número mínimo de elementos. Por isso os valores encontrados estão aquém da realidade. Com esta ressalva, que não pode ser desprezada, a fonte revela que a dimensão média dos agregados onde viviam as mulheres que tomaram a iniciativa de se dirigir à Misericórdia e por ela foram atendidas era de 1,6 e a dos homens de 2,1. Agregados muito pequenos, portanto, como se adivinhava já pela importância do grupo dos solitários. 91,2% das mulheres e 82,6% dos homens viviam em

fogos de 1 a 3 elementos. Apenas 6,4% destas famílias eram compostas por cinco ou mais pessoas.

O quadro traçado pelos párocos de Coimbra, noutras fontes também depositadas no AMC, embora acentue mais as famílias completas, não se afasta muito do que se conclui da análise das petições: fortíssima incidência de mulheres isoladas, peso numérico das viúvas com filhos, pequena dimensão familiar. Conclusões que vêm confirmar a minha convicção de que os textos apresentados pelos pobres não fogem muito à verdade, não predominam as alegações falaciosas visando o aproveitamento fraudulento da instituição. É possível que não houvesse tantas mulheres a viver sozinhas como diziam ou deixavam perceber os requerimentos, mas esses casos têm certamente pequena expressão, pois o teor das súplicas vinha atestado pelo pároco.

Caracterização social

Os requerentes preocupam-se em declarar que não vivem na ociosidade, o que é cuidadosamente expresso em muitos textos, revelando perfeito conhecimento das matrizes valorativas dos agentes da assistência. Isto é, ou explicam que são doentes e por isso incapazes de trabalhar (situação sempre maioritária) ou então alegam que os rendimentos auferidos são insuficientes, mas eles trabalham. São, pois, merecedores da esmola, não é a preguiça a responsável pela sua miséria. Mas é restrita a informação sobre as actividades a que se dedicavam.

Quadro 6 - Ocupações das suplicantes

Ocupação	Casos	%
“de mãos”	38	47,5
recolhida em convento ou recolhimento	11	13,8
criada de servir	8	10
fiandeira	8	10
costureira	4	5
servente no Recolhimento da Misericórdia	3	3,8
aguadeira	2	2,5
freira professa	2	2,5
vendeira	2	2,5
recadeira	1	1,3
servente dos presos na cadeia da Portagem	1	1,3
Total	80	100

O peso atingido por aquelas que vivem de trabalhos “de mãos” ou, como também dizem, “de trabalhos próprios de mulheres”, é por si só indicativo da desqualificação profissional e da precaridade dos rendimentos dessas pessoas.

As seculares recolhidas em conventos ou recolhimentos alegam em geral doença e/ou avançada idade, não conseguindo realizar os trabalhos de mãos, que até aí lhes asseguravam a subsistência. Dizem-se totalmente desamparadas e sofrendo inumeráveis carências (“necessidades”, “precisões”) e vivem nos mosteiros de Sandelgas, Tentúgal, Celas e St^a Ana de Coimbra e ainda no Recolhimento da Misericórdia. Várias ostentam o *Dona* antes do nome ou usam apelidos sonantes. As duas freiras constantes no quadro eram professoras no mosteiro de Sandelgas. Encontravam-se ambas doentes e por isso incapazes de trabalhar e como “está suspensa a ração que o mosteiro costumava dar às religiosas” não têm de que viver. Nenhuma tem parentes a quem recorrer e por isso pedem uma esmola à Misericórdia de Coimbra.

As criadas de servir, se bem que fossem alimentadas e alojadas pelos amos, não ganhavam o suficiente para o vestuário e era geralmente por isso que recorriam à caridade. Aí as temos entre as suplicantes de esmola numa proporção de 10%.

Além destas 80 mulheres, há a considerar as que indicam qual havia sido a sua anterior ocupação. Surgem assim mais 38 que tinham exercido as seguintes actividades:

Quadro 7 - Anteriores ocupações das suplicantes

Ofício anterior	Casos	%
“de mãos”	11	29
costureira	8	21,1
criada de servir	6	15,8
fiandeira	3	7,9
lavadeira	2	5,3
pedinte	2	5,3
aguadeira	1	2,6
ama de expostos	1	2,6
assedadeira	1	2,6
fiandeira e pedinte	1	2,6
mestra da aula do Colégio da Mis ^a	1	2,6
porcionista no Recolhimento da Mis ^a	1	2,6
Total	38	100

Os ofícios que implicam boa visão e mãos ágeis constituem a grande maioria da série. Como veremos, as principais moléstias de que as suplicantes se queixam são o tolhimento

e a perda total ou parcial de visão. Não admira, portanto, que os labores de fios e tecidos seja uma fonte de rendimento a que muitas já não podem recorrer.

Destacam-se aqui as criadas de servir, revelando-se a precaridade da sua situação laboral. Quando adoecem, quando a idade já não perdoa, elas são despedidas, ficando à mercê da caridade. É claro que os criados, enquanto permaneciam ao serviço de seus amos, escapavam ao penoso quotidiano do ganha-pão, mas a sua insegurança não era menor. Nada nem ninguém lhes garantia a conservação do posto de trabalho. Uma vez despedidos, eram “pobres entre os pobres”.

As três pedintes afirmam ter caído em tal estado de debilidade física que já não conseguem mendigar. De facto, esta é a pior situação que se podia viver. Ser mendigo não é o fim. O ponto mais baixo da degradação e do sofrimento é atingido por quem nem pedinte consegue ser.

Há 15 suplicantes que esclarecem a profissão do pai, mas a maioria fá-lo com o intuito de salientar que é de boa família e que se está nesta situação é porque o pai faleceu. Assim, aparecem 6 doutores, um fidalgo da Casa Real, um capitão-mor, um morgado, um “homem de negócios dos mais abonados desta cidade”, um ourives, um mercador, um livreiro. Também as viúvas, sempre que os maridos tivessem gozado de alguma estima social, não deixavam de o referir. Surgem então as profissões ou títulos de 24 homens: 10 bacharéis ou doutores (tendo sido um deles procurador geral da Misericórdia e três médicos), quatro ourives, um cavaleiro fidalgo da Casa de Sua Majestade, um arquitecto do Bispo, o recebedor e pagador das reais obras da Universidade, um cantor na Sé, um boticário. Aparecem também súplicas de mulheres casadas que referem as ocupações dos maridos. É claro que estas salientam a humildade profissional dos seus homens ou então esclarecem as razões da situação precária em que se encontram.

No conjunto de todas as requerentes, as mulheres pobres a quem é concedido o tratamento de *dona* são 54, representando 4,1%, mas o seu peso relativo é muito diferente entre as setecentistas e as oitocentistas: atingem os 19,2% em 1769 e os 10,6% em 1785, mas são apenas 2,6% em 1813 e 2,2% em 1817. Em 1843 a sua proporção cresceu um ponto, passando aos 3,3%. A maior parte são filhas ou viúvas de licenciados, nomeadamente de médicos, mas algumas têm indubitavelmente foros de fidalguia, como D. Madalena Josefa Rosália Freire de Lima que em 1785 vê morrer o marido, fidalgo da

Casa de Sua Majestade, em completa ruína económica. Como também D. Antónia Luísa da Gama Rangel e Quadros, cujo pai fora capitão-mor de Aveiro e que no mesmo ano, já de avançada idade, vive recolhida no mosteiro de Celas até então a expensas de uma tia aí religiosa e cuja morte a deixa em total desamparo. Ou ainda D. Casimira Eugénia de Castro Sarmiento que em 1813 se encontra em extrema pobreza, sendo filha de um fidalgo da Casa Real já falecido.

Muito vulgar é a alegação por parte das mulheres de serem pessoas “recolhidas”, o que imediatamente as tornava dignas de piedade. Recolhidas, que o mesmo é dizer de comportamento exemplar pois assumiam os espaços e papéis da mulher ideal, recusando mendigar ou mesmo exercer trabalhos de rua, a sua situação económica tornava-se problemática. Muitas são as que o dizem expressamente, isto é, ser-se recolhida é um factor de pauperização. Todas estas mulheres eram consideradas pessoas envergonhadas pois escondiam as suas misérias em casa, arcando com as consequências, mas simultaneamente usavam a situação como moeda de troca reclamando maior jus à esmola, o que era aceite e aprovado pelos protagonistas da beneficência.

Quanto aos homens:

Quadro 8 - Ocupações dos suplicantes

Ocupação	Casos
(Irmão da Mis.)	2
alfaiate	2
cabeleireiro	2
trabalhador de enxada	2
ajudante na Misericórdia	1
aprendiz de cirurgião	1
aprendiz de sapateiro há 3 anos	1
egresso da antiga ordem de Stº António de Portugal	1
estudante na Universidade	1
miliciano	1
religioso carmelita descalço da província de Espanha	1
sacristão da igreja de S. João de Stª Cruz	1
sapateiro	1
trabalhador	1
violeiro	1
Total	19

Quadro 9 - Anteriores ocupações dos suplicantes

Ofício anterior	Casos
trabalhador de enxada	4
bacharel	3
barbeiro	2
oleiro	2
trabalhador	2
alfaiate	1
carpinteiro	1
criado de servir	1
escrivão da Mitra	1
escrivão e tabelião na vila de Taveiro	1
hospitaleiro do hospital dos pobres passageiros	1
meirinho e oficial dos transportes no julgado de Coimbra	1
negociante	1
ourives	1
pescador	1
sapateiro	1
sem bens nem ofício por ter sido estudante da Fac. de Medicina	1
Total	25

Todos os que deixaram de exercer o seu ofício fizeram-no por falta de condições físicas. O desemprego só era atendido pela Misericórdia quando acompanhado de doença ou velhice, isto é, quando os homens em causa estavam fisicamente incapazes de trabalhar.

A situação de queda social é vulgar entre os peticionários. Muitos suplicantes de esmolas insistem em declarar que nem sempre assim viveram, que em épocas anteriores das suas vidas foram “abonados”, “bem criados” ou “bem nascidos” ou mesmo pessoas de importância. A título de exemplo, Luís António Faria e Albuquerque identifica-se em 1785 como “sugeito de onra” e pede esmola para pagar a renda do quarto onde vive; António Pedro de Queirós Pimentel Vasconcelos (1817) diz estar doente e que por morte do pai sofreu “grandes infelicidades e contrastes de fortuna que teve a sua casa”; afirma ainda ser “de conhecida nobreza”, estar na maior indigência e padecer as maiores necessidades por falta de sustento. E as suas carências, acrescenta, são insolúveis “por não ser permitido pelo seu nascimento o mendicar por portas”. Estes dois casos revelam, sem dúvida, situações de derrapagem social, tipificando o que vulgarmente se entende por pobreza envergonhada.

Os que se declaram pedintes ou mendigos são apenas 3% das mulheres e 8% dos homens. Há alguns que escondem esse facto, pois bem sabiam que a Misericórdia os

colocava em último lugar no merecimento da esmola. A qualificação de mendigo ou o esclarecimento de que a pessoa em causa costuma mendigar é feita pelo pároco, mas omitida pelo próprio em mais 1% em ambos os sexos. Seriam, portanto, 4% das mulheres e 9% dos homens.

Podem não ter sido abonados, mas que viveram muito melhor do que agora, eis a declaração que mais frequentemente se encontra nestes textos. Amarguradamente o dizem 605 mulheres, o equivalente a 46%, e 120 homens que representam 51%. E esta declaração torna-se mais frequente ao longo das épocas analisadas. Em 1843 são 61% das mulheres e 65% dos homens.

Por fim, com uma expressão lapidar, invocam um quadro de misérias: “nada tem de seu”. Eis o bastante para traçar a dimensão da indigência, numa época em que o trabalho manual não garantia a ninguém escapar à pobreza. Uma suplicante de 1813, viúva com dois filhos, diz ser tão pobre que só tem o seu trabalho, o que a obriga também a mendigar alguma coisa. Esta frase, só por si, remete-nos para uma estrutura social, económica e mental específica: que quem dispunha apenas da força do seu trabalho era considerado um pobre e que pobre e mendigo não são categorias de natureza distinta, mas apenas diferentes graus da mesma realidade que vai variando por via das conjunturas económicas e pessoais. Declarando “nada ter de seu”, os suplicantes nada mais precisavam dizer para que as elites beneficentes percebessem a situação. Associando-lhe a incapacidade física, de pauperizáveis passavam de imediato a pobres.

O valor das esmolos

O valor das esmolos era fortemente condicionado por critérios de estima social. Se calcularmos as esmolos dadas às *donas* a quantia média sobe consideravelmente. Em contrapartida, o valor médio das esmolos destinadas às mendicantes é bastante inferior à média geral. As pedintes situavam-se no fundo da escala das preferências porque, segundo as concepções dos Mesários, estando elas habituadas à miséria não lhe era esta tão penosa e, além disso, como tinham o recurso das esmolos dos fiéis, estavam menos carenciadas.

As esmolos destinadas aos homens, com um valor médio de 644 réis, são sempre superiores às das mulheres (valor médio: 584 réis). Não podemos dizer, contudo, que os

homens fossem favorecidos, pois a dimensão média dos agregados por eles chefiados é maior. Em todo o caso, as esmolas concedidas tanto a um como ao outro sexo pouco resolviam. Apenas atenuavam transitoriamente algumas dificuldades. Nesta época, uma saia de tecido grosseiro custava de 2500 a 3500 réis, um capote nunca menos de 3000 réis e uma mantilha rondava os 4000. De que serviriam 600 réis a uma mulher doente, sem quaisquer rendimentos, ou mesmo saudável, mas carecendo de vestuário? Ora 71% das esmolas dadas às mulheres não ultrapassaram essa quantia. E 91% foram iguais ou inferiores a 1\$200. Quanto aos homens, as esmolas de valor compreendido entre 60 a 600 réis representam também 71% e de quantia igual ou inferior a 1.200 equivalem a 88% da totalidade.

Quadro 10 - Esmolas concedidas aos suplicantes

Esmolas (réis)	Mulheres		Homens	
	N ^{os} abs.	%	N ^{os} abs.	%
0-200	364	27,7	70	29,9
201-400	179	13,6	45	19,2
401-600	386	29,4	51	21,8
601-800	133	10,1	18	7,7
801-1000	60	4,6	8	3,4
1001-1200	68	5,2	13	5,6
1201-1400	1	0,1		
1401-1600	84	6,4	17	7,3
+ de 1600	39	3	12	5,1
Total	1314	100	234	100

Se só pudessem contar com a Misericórdia, grande parte destes suplicantes teria perecido, mas havia muitas redes privadas de protecção e, certamente, eles exploravam ao máximo a boa-vontade dos particulares e as capacidades da rede assistencial ao seu dispor.

Condições de existência

Os suplicantes apresentam a sua situação

Os pobres suplicantes descrevem e qualificam a situação em que se encontram e classificam-se a si próprios. Procurei sistematizar essas qualificações que, em síntese, apresento nos quadros que se seguem. Tais classificações estão presentes em 95,1% das petições femininas e em 90,3% dos requerimentos masculinos.

Quadro 11 - Descrições ou qualificações utilizadas nas petições das mulheres

Descrição ou qualificação	Casos	%
Grande pobreza	1254	52,9
Incapaz de reverter a situação	415	17,5
Infelicidade	228	9,6
Com fome	214	9
Carecendo de vestuário	138	5,8
Com bom comportamento	57	2,4
Com vergonha	43	1,8
Pessoa bem nascida e/ou bem educada	21	0,9
Total	2370	100

Quadro 12 - Descrições ou qualificações utilizadas nas petições dos homens

Descrição ou qualificação	Casos	%
Grande pobreza	213	57,7
Infelicidade	45	12,2
Incapaz de reverter a situação	44	11,9
Com fome	31	8,4
Carecendo de vestuário	23	6,2
Com vergonha	7	1,9
Com bom comportamento	3	0,8
Pessoa bem nascida e/ou bem educada	3	0,8
Total	369	100

As 2.370 classificações constantes no quadro 11 foram adiantadas por 1.254 mulheres (média: 1,89) e as do quadro 12 são da responsabilidade de 213 homens (média: 1,73).

A grande pobreza (ou *suma pobreza*, *pobreza indizível*, *miséria*, etc.) é comum a todos e nada melhor definia e qualificava o que cada um destes suplicantes vivia. As mulheres colocam em segundo lugar uma característica muito concreta e de primordial importância para definir a situação em que se encontram: não conseguem reverter-la. E, ao longo dos anos, parecem estar cada vez mais conscientes de tal realidade. Os homens são menos objectivos, pois queixam-se de infelicidade tanto como da irreversibilidade socio-económica em que caíram. Ou, então, acreditam (justificada ou ilusoriamente) que vivem uma situação temporária, essencialmente conjuntural, que se contrapõe à pobreza estrutural feminina.

É claro que as mulheres invocam muito mais o seu bom comportamento. Era isso que delas se esperava e disso dependia o direito à esmola. Mesmo assim, note-se que esse *item* representa também 1% das auto-qualificações masculinas. Que se sentem infelizes, dizem-no com frequência os homens e são as mulheres setecentistas que mais vezes

assim se qualificam. Depois, há aqueles que particularizam os sofrimentos: a fome, a falta de roupas, a vergonha. A fome atinge-os particularmente em 1817 e o problema da carência de vestuário parece ter-se atenuado em meados de oitocentos. Ou, mais provavelmente, deixaram de suplicar as vestimentas, por ser agora tão raro que a Misericórdia as concedesse.

Vestuário

A maior parte dos suplicantes limita-se a pedir esmola, mas outros especificam aquilo de que necessitam.

Quadro 13 - Peças de vestuário pedidas pelas mulheres

Peças pedidas	Casos	%
capote	89	45%
saia	29	15%
capote e saia	18	9%
mantilha e saia	18	9%
mantilha	14	7%
capa e saia	5	3%
capa	4	2%
vestido	3	2%
capote ou saia	2	1%
cobertor	2	1%
saia, roupinhas e capote	2	1%
Outras	13	7%
Total	199	100%

Quadro 14 - Peças de vestuário pedidas pelos homens

Peças pedidas	Casos	%
capote	11	31%
véstia e calção	3	9%
véstia	3	9%
vestido	3	9%
camisa e calções	2	6%
sapatos e meias	2	6%
véstia, calções e camisa	2	6%
camisa	2	6%
sapatos	2	6%
Outras	5	14%
Total	35	100%

Os capotes, as mantilhas e as capas, que encobrem todas as misérias, constituem 79% do vestuário almejado. Explica uma suplicante de 1813 que pede um capote porque é “traste que encobre a falta de outros” e outra do mesmo ano quer um capote porque “he huma das necessidades que faz no seu espirito mayor impressaõ pela modestia e decencia

que exige o seu séxo”. Sempre que as mulheres pedem capote, saia e mantilha alegam ser para assistir aos officios divinos de que se encontram privadas pela indecência em que andam. Eis outros quatro testemunhos de 1785:

“Por não terem Roupa decente vaõ ouvir a missa das ocultas que se celebra antes de aclarar a manhan”;

“Por estar quase entrevada, não pode sahir para ir a casa dos bemfeitores que a soccorrem e por estar quase nua não pode ir á Caza de Deos”;

“Vai à primeira Missa da manhan para não a verem quase nua”;

“[Mãe e filhas] Tem pedido emprestadas as ditas peças de ropa [saias pretas e mantilhas] para hirem á Igreja”.

A primeira citação que refere “a missa das ocultas” indica que se destinava expressamente a estas mulheres envergonhadas. A carência de vestuário também as impossibilitava de sair para suplicar ajuda ou mesmo para se empregar:

“Vai trabalhar para o Convento de Stª Clara, mas tem vergonha de hir com os farrapos que a cobrem, pois nada tem e athe os lençois da Cama vendeo” (1785);

“Vive numa casa por Amor de Deos e precisa da roupa para poder sahir e recorrer aos seos Bemfeitores” (1785);

“[Pede roupa] porque não pode sahir para hir onde lhe podiam valler” (1785);

“...quando sai pede hum capote emprestádo” (1813).

Há 25 requerimentos de homens que declaram a peça de vestuário desejada. Em primeiro lugar surge também o capote. Pedem apenas capote 31% dos homens e, associado a outras peças, 37%. O capote é, pois, usado universalmente, mas representa muito mais nas petições femininas.

Além do vestuário, pedem-se muitas outras coisas: querem ser visitados pelos Mordomos da Misericórdia para que estes verifiquem em que situação se encontram, requerem assistência médica e/ou remédios gratuitos, a realização dos funerais de familiares, etc. Em 1843 aparecem os pedidos de fornecimento de leite de burra e as petições de ajudas de custo para tratamentos termais ou de banhos de mar.

Morbilidade

Mais de metade dos pobres suplicantes de esmola declaram ser ou estar doentes. A situação de enfermidade parece até agravar-se muito em meados do século XIX. No total, a doença atingia mais ou era mais usada como argumento pelos homens: 70% contra 57% das mulheres. É natural que o factor doença apareça mais no sexo masculino. Só ela, a

par da idade à qual andava frequentemente associada, justificava o pedido de esmola. As mulheres podiam legitimamente despertar piedade sem invocar a doença pois uma mulher isolada, vivendo apenas do seu trabalho e sem quaisquer outros rendimentos, dificilmente ultrapassava o limiar da pobreza. Muito mais ainda, se já idosa.

Mas a fonte não se fica por aqui. Informa também sobre as moléstias de que sofriam os pobres ou que eles pensavam ter.

Quadro 15 - Doenças declaradas pelas mulheres

Doença	Casos	%
Paralisia, tolhimento, aleijão	96	33
Cegueira ou perda parcial de visão	60	21
Doença de peito	42	15
Reumatismo	35	12
Sezões	14	5
Lepra	10	3
Outras	30	10
Total	287	100

As 287 doenças constantes no quadro foram referidas por 254 mulheres, pois podiam sofrer de mais do que uma. Os problemas de mobilidade de braços e pernas, causados por diferentes patologias, são a principal razão de queixa. A idade, o reumatismo, a lepra, os aleijões (que hoje seriam facilmente ultrapassados), tudo isso provocava entreação, impossibilitando o trabalho e conduzindo rapidamente à pobreza. Surgem, em segundo lugar, as patologias oftálmicas, com especial incidência em 1843. Se a cegueira total era uma realidade, muito mais frequentes eram as simples dificuldades de visão provocadas pela idade, a vulgaríssima “vista cansada” que na época significava a impossibilidade de realizar os típicos labores femininos de que sobrevivia grande parte destas mulheres. Como se podia tecer, cozer, cerzir nessas condições?

O reumatismo e a tuberculose (são muitas as doentes de peito que esclarecem que deitam sangue pela boca) são consequências imediatas das deficientíssimas condições de vida a que estavam sujeitas estas mulheres: alimentação imprópria ou mesmo subnutrição, o trabalho duro e esgotante, o frio provocado pela condições de alojamento, pela falta de combustível e pelo parco vestuário e calçado. Recorde-se que Coimbra, tantas vezes inundada, era, no Bairro Baixo, uma cidade húmida e insalubre, o que

favorecia o desenvolvimento de doenças reumáticas e pulmonares, assim como era ideal para o eclodir de febres palúdicas, as sezões de que se queixam estas mulheres.

Quadro 16 - Doenças declaradas pelos homens

Doença	Casos	%
Paralisia, tolhimento, aleijão	41	36
Cegueira ou perda parcial de visão	34	30
Doença de peito	13	11
Reumatismo	7	6
Sezões	6	5
Lepra	4	4
Outras	9	8
Total	114	100

As moléstias que atingem os homens constam de 103 petições. No sexo masculino as principais patologias são as que se encontraram também nas mulheres. Os problemas de lesões e tolhimento têm uma maior prevalência (muito elevada em 1843), certamente porque os acidentes de trabalho são também mais vulgares devido às especificidades profissionais dos homens. As dificuldades de visão atingem também percentagens mais elevadas, mas o reumatismo e as doenças pulmonares têm menor expressão. O peso relativo das sezões é particularmente elevado em 1785 e a lepra chega a atingir os 10% em 1813. Em 1843 recrudescer a incidência das febres intermitentes. De facto, nesta década, e nomeadamente nos seus últimos anos, febres palúdicas afectaram largamente as populações dos campos do Mondego e da cidade de Coimbra.

Poder de compra

Porque não me devo aqui largar, direi, em síntese, que as súplicas de esmola demonstram que ter só o trabalho é nada ter, é ser pobre. De facto, é tão grande a vulnerabilidade de quem se sustenta pelo trabalho dos seus braços, que mesmo os melhores artífices em poucos dias caíam na mais completa miséria se lhes faltasse a saúde (e a doença incidia frequentemente sobre quem vivia em péssimas condições higiénicas e nutricionais) ou a procura dos seus serviços. Declaram as mulheres, desde 1769 a 1843, que o trabalho contínuo realizado por recolhidas (fiar, costurar, bordar...) dava apenas para o sustento ou nem sequer para isso. Era impossível vestirem-se com tais rendimentos. Muito mais fazer face à doença ou à velhice. Afirmam que os salários das criadas não chegavam para a aquisição de vestuário e que também os homens criados de

servir não conseguiam suprir as necessidades familiares. Há total unanimidade nestas conclusões, pois dizem-no os próprios, confirmam-no os párocos e reconhecem-no os Mesários.

Adversidades pessoais, uma constante estrutural

Os pobres que se dirigem à Misericórdia pedindo a sua compaixão, explicam quais as razões que os arrastaram para a miséria. As causas surgem em 81% das petições femininas, que alegam 21 razões diferentes num total de 2.283 invocadas, o que significa que, em média, cada mulher adiantava 2,14 motivos para a sua miséria.

Quadro 17 - As causas da situação nas palavras dos próprios pobres (mulheres)

Causa da aflição	Casos	%
Doença	799	35
Incapaz de trabalhar	516	22,6
Velhice	307	13,5
Desamparo	264	11,6
Morte do marido	84	3,7
Invasão francesa	64	2,8
Menoridade	40	1,8
Morte dos pais	29	1,3
Boa educação	27	1,2
Morte do pai	24	1,1
Perda de bens	24	1,1
Fisicamente incapaz de mendigar	22	1
Ausência do marido	15	0,7
Fatalidade	14	0,6
Incapaz de custear um funeral	12	0,5
Desemprego	10	0,4
Ascendentes a cargo	9	0,4
Morte da mãe	8	0,4
Sem vizinhos capazes de auxiliar	6	0,3
Parto duplo	5	0,2
Incapaz de pagar a renda da habitação	4	0,2
Total	2283	100

Perfeitamente destacada, surge a doença como responsável pela situação aflitiva em que vivem as mulheres. Invocam em segundo lugar a incapacidade para o trabalho que se situa sempre entre os 22 e os 25% e cuja tendência é para crescer, o que deve relacionar-se com a intensificação dos discursos normativos valorizando o trabalho. Tal incapacidade pode ser resultado da doença, da menoridade ou da velhice. Esta ocupa o terceiro lugar.

O desamparo está frequentemente associado à doença e à idade. A viuvez, que é uma forma específica de desamparo, é alegada com particular incidência em 1769 em que atinge os 13%, proporção muito contrastante com as dos anos seguintes, entre 2 e 4%. Outras mulheres, embora casadas, desconhecem o paradeiro dos maridos. Este motivo não é invocado em 1769, mas nos anos subsequentes é cada vez mais representativo. É de notar que o desamparo, e concretamente a viuvez, só surgem nas alegações das mulheres depois da diminuição das capacidades físicas provocada pela doença ou idade, mas o desamparo e a viuvez eram factores de empobrecimento feminino porque estavam normalmente associados à velhice (e o desamparo também à menoridade) e porque o trabalho realizado pelas mulheres era muito mal remunerado. É evidente que as mulheres tinham, como sempre tiveram, capacidade para trabalhar, mas as estruturas socio-económicas de então condicionavam-nas de forma avassaladora. Além disso, era socialmente aceite invocar a viuvez como factor de empobrecimento e naturalmente elas usavam o argumento. Penso, pois, que a viuvez, embora por certo em grau muito menor do que o imaginário social pensava, era de facto, um mecanismo bem real de empobrecimento feminino, e não uma pretensa razão explicável por preconceitos de género por parte do historiador.

A sexta causa mais frequentemente aduzida no conjunto de todos os anos recolhidos são as invasões francesas, representando 2,8%, mas é evidente que esta razão só aparece nas petições de 1813, ano em que atinge 6,3% (63 mulheres). A menoridade chega a atingir os 3,1% em 1817, quedando-se em 0,3% em 1843. A morte dos pais representa também 2,2% das razões em 1817, mas não consta dos motivos alegados pelas suplicantes de 1843 nem de 1769 e em 1785 é tão só de 0,3%. É, portanto, nos anos subsequentes à guerra peninsular que este motivo ganha significado.

A miséria é também causada pela boa educação, pelo recolhimento, pela vergonha. É que a boa criação impedia essas mulheres de recorrer a trabalhos servis, “de porta afora”, tendo de subsistir com os lucros auferidos pelos trabalhos “de mãos” realizados em casa. Esta razão é particularmente importante em 1769, ano em que constitui 5% das causas da pobreza. Os padres que lhes certificam as petições confirmam a veracidade do que dizem. Em 1813 um pároco descreve a situação de uma mulher dizendo ser “muito pobre, recolhida e por isso com muitas necessidades”.

As causas da pobreza surgem em 88,6% das petições masculinas. Estes suplicantes invocam 19 causas diferentes num total de 434 razões alegadas (média simples: 2,08 causas por homem). A doença é o principal factor de pauperização, com percentagens superiores às das mulheres:

Quadro 18 - As causas da situação nas palavras dos próprios pobres (homens)

Causa da aflição	Casos	%
Doença	173	39,9
Incapaz de trabalhar	137	31,6
Velhice	35	8,1
Menoridade	24	5,5
Desamparo	23	5,3
Desemprego	8	1,8
Fisicamente incapaz de mendigar	5	1,2
Morte dos pais	5	1,2
Perda de bens	4	0,9
Morte da mulher	3	0,7
Morte do pai	3	0,7
Parto duplo da mulher	3	0,7
Ascendentes a cargo	2	0,5
Fatalidade	2	0,5
Invasão francesa	2	0,5
Morte da mãe	2	0,5
Boa educação	1	0,2
Incapaz de custear um funeral	1	0,2
Incapaz de pagar a renda da habitação	1	0,2
Total	434	100

Intimamente relacionado com a enfermidade surge, como segundo mecanismo de empobrecimento dos homens, a incapacidade para o trabalho, numa percentagem muito superior à encontrada nas petições femininas e o que era previsível. Só 23 homens (5,3% das causas) se queixam de desamparo, o que contrasta nitidamente com as razões femininas, o que também era de esperar.

A doença e a velhice eram dramáticas sempre que se abatiam sobre os trabalhadores. Actuavam como mecanismos perfeitos de empobrecimento. Conduziam-nos inelutavelmente à miséria. Dir-se-á que era ocorrência frequente. Era, de facto. Por isso mesmo a situação do trabalhador era trágica.

Os pobres clamam por caridade

As súplicas que chegavam à Misericórdia eram, na sua maioria, redigidas por outrém (muitas seriam, até, a troco de algum estipêndio), mas a extrema variedade dos

conteúdos, com descrição pormenorizada das circunstâncias de cada um, e a diversidade dos apelos e qualificações utilizados apontam para uma intervenção dos próprios pobres na elaboração dos textos.

É claro que eles procuravam, o melhor possível, despertar a compaixão, não se inibindo de utilizar argumentos de natureza religiosa ou ética e indo ao ponto de usar o que hoje classificaríamos como “chantagem emocional”. Recorriam também à lisonja, enaltecendo a auto-estima dos beneficentes e predispondo-os para a dádiva. No fundo, tudo isto não passa de uma tática de sobrevivência por parte de quem durante toda a vida, ou depois do infortúnio, necessitara de recorrer à argúcia, ou mesmo à dissimulação, como estratégia de vida. Se a fome e o frio só eram atendíveis quando atacavam gente meritória, se os que davam impunham regras de vida, os que precisavam de receber tinham de as acatar ou fingir acatar. Apresentam-se sempre com grande humildade, afirmam ficar muito gratos e, se forem atendidos, pedirão a Deus pela prosperidade da Santa Casa (ou do Provedor, ou mesmo de todos os Mesários). Os ideais propostos pelas elites eram assim reproduzidos pelos pobres e utilizados como instrumento de persuasão. São pessoas virtuosas, dizem, se não trabalham é porque não podem; a fatalidade atingiu-os; vivem recolhidas, frisam as mulheres; se pedem roupa não é movidos por qualquer sentimento de vaidade, mas porque andam indecentes e não podem frequentar a casa de Deus ou remediar a sua situação - salientando assim que as difíceis condições materiais em que vivem impossibilitam o cumprimento das obrigações morais e religiosas. E o *verdadeiro pobre*, lembre-se, era na realidade, a par da infância inocente e desamparada, o católico cumpridor pobre, concepção perfilhada por eclesiásticos, observadores sociais laicos, legisladores e grupos beneficentes.

Que a caridade é querida por Deus, que a prática da esmola contribui para a sua glória, que o esmoler deve dar por amor de Deus, e que será por Ele recompensado, eis as ideias-força das petições, perfeitamente ortodoxas sob o ponto de vista doutrinal. Que a virtude deve ser premiada, que o bom católico e bom cidadão tem direito preferencial à esmola é outro *topus* que se invoca em completa sintonia com os discursos da época. Estes pobres conhecem bem os valores das elites. Se os partilham ou não, nunca o saberemos.

Reproduzo nos dois quadros seguintes os apelos de índole religiosa feitos pelos peticionários:

Quadro 19 - Os apelos religiosos das mulheres

Invocação religiosa	Casos	%
Por amor de Deus	335	35
Em louvor da morte e paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo	320	33
Em louvor da paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo	57	6
Em louvor do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo	40	4
Pela morte e paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo	38	4
Pela paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo	23	2
Outras	144	15
Total	957	100

Quadro 20 - Os apelos religiosos dos homens

Invocação religiosa	Casos	%
Por amor de Deus	71	43
Em louvor da morte e paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo	41	25
Em louvor da paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo	8	5
Em louvor do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo	6	4
Pela morte e paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo	6	4
Pela Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo	4	2
Em louvor da ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo	3	2
Outras	26	16
Total	165	100

Embora com muito menor frequência, os suplicantes utilizam ainda outro tipo de argumento, recordando as obrigações estatutárias da Santa Casa, com ou sem elogio à sua acção. Mas também aqui manuseiam uma linguagem com conotações religiosas claras. As expressões com que os requerentes classificam a Misericórdia de Coimbra, ou os seus dirigentes, podem ser simplesmente lisonjas, mas devem também ser interpretadas como a imagem ideal da Santa Casa e do Provedor junto dos pobres, como eles gostariam que fossem. No fundo, as suas projecções.

Quadro 21 - Classificações da Santa Casa feitas pelas mulheres

Santa Casa	Casos	%
mãe dos pobres	7	7
monte de piedade	5	5
mãe de semelhantes [à requerente]	4	4
amparo dos desvalidos	3	3
lugar que costuma socorrer os miseráveis	3	3
lugar de grande piedade e beneficência	2	2
mãe da pobreza	2	2
mãe de caridade e amparo dos necessitados	2	2
mãe dos desgraçados	2	2
mãe dos necessitados	2	2
socorro dos miseráveis	2	2
Outras	60	64
Total	94	100

Acima de tudo a Misericórdia é ou deveria ser a mãe, o abrigo, o refúgio. Ao ler-se a lista apresentada no quadro anterior cria-se a ilusão de se rezar uma litania, de se estar perante um apelo profundo e ancestral de quem sofre. Para quem se poderiam virar estas mulheres senão para o Céu ou para a Santa Casa da Misericórdia cujo símbolo tão apelativo era a Virgem do Manto sob o qual todos encontravam abrigo?

Mas também se dirigiam directamente ao Provedor ou aos Mesários, classificando-os tão favoravelmente que o objectivo claro é constrangê-los a corresponder a tal imagem.

Quadro 22 - Classificações do Provedor feitas pelas mulheres

Provedor	Casos	%
pai dos pobres	22	38
pai e mãe da pobreza	4	7
(detentor de) inata piedade	3	5
(detentor de) benignas mãos	2	3
pai dos miseráveis necessitados	2	3
pai dos pobres e socorro dos desvalidos	2	3
pais dos pobres (Mesários)	2	3
Outras	21	36
Total	58	100

Os dirigentes da Misericórdia são também o abrigo e a esperança de quem pede. Ou, pelo menos, tenta-se fazer-lhes crer isso mesmo. O Provedor, do sexo masculino, passa a ser pai, embora também possa ser pai e mãe, e isto porque a imagem da mãe é muito mais rica de significado.

Quadro 23 - Classificações da Santa Casa feitas pelos homens

Santa Casa	Casos	%
(detentora de) tanta caridade que usa com os pobres	1	8,3
lugar de protecção, piedade e compaixão	1	8,3
lugar que costuma fazer benefícios aos pobres assim	1	8,3
lugar que costuma socorrer os pobres necessitados	1	8,3
mãe dos aflitos e necessitados	1	8,3
mãe dos pobres	1	8,3
mãe e pai dos pobres	1	8,3
mãe piíssima dos pobres	1	8,3
protecção da pobreza; sublime protecção; (detentora de) zelo, caridade, amor de Deus	1	8,3
socorro dos desgraçados	1	8,3
socorro dos miseráveis	1	8,3
vale de Piedade	1	8,3
Total	12	100

Quadro 24 - Classificações do Provedor feitas pelos homens

Provedor	Casos	%
pai dos pobres	5	50
(detentores de) bondade e generosidade (Mesários)	1	10
benfeitor dos pobres	1	10
pai e mãe da pobreza	1	10
pais dos desvalidos (Mesários)	1	10
pais dos pobres (Mesários)	1	10
Total	10	100

Embora os resultados possam estar condicionados pela pequena dimensão da série, verifica-se que classificações masculinas são um pouco diferentes. Além de serem menos frequentes e mais secas, as invocações dos homens idealizam tanto a Misericórdia como os seus dirigentes, enquanto as mulheres se dirigem de preferência à instituição. Parece que eles apreendem com mais dificuldade a instituição, vendo apenas os seus homens. Se se trata de pura lisonja, a feminina é bem mais subtil.

Todos estes suplicantes se identificam com uma categoria que para eles nada tem de ambíguo: são *pobres*. É assim que se auto-representam. Trata-se aqui do conceito a que os sociólogos chamam *pobreza subjectiva* (juízo que as pessoas fazem sobre a sua própria condição). Mas se se consideram pobres, manifestamente não se sentem desprezíveis por causa disso. Distinguem-se porque são pobres, mas apresentam-se como seres dotados de dignidade. Isso é claro. E por isso têm direito ao socorro. E por isso pedem em nome de Deus. É que eles são pobres meritórios, não são “falsos pobres”. Aparentemente, pedem com humildade mas, de facto, percebe-se que se sentem com

direitos. Dirigem-se à Misericórdia considerando que ela tem obrigação de os socorrer. É esse o seu fim e os seus fundos são património dos pobres.

Classificam-se também de outra forma: *infelizes*. Por isso, porque sofrem, têm direito à compaixão. Apelam aos melhores sentimentos dos Mesários. Projectam na Santa Casa esperanças quase sempre infundadas. Experimentam um sentimento: *impotência*. A incapacidade para ultrapassar a situação é manifesta nos seus textos. E a *indignação*? Se a revelassem nada receberiam. Portanto ocultavam-na, mesmo se a sentissem. Mas muitos não se sentiriam injustiçados. O insistente elogio do sofrimento e da resignação criava um quadro mental que propiciava o fatalismo, que facilitava o conformismo acrítico. Eram também intelectualmente incapazes de perceber e questionar a organização social, de abarcar a estrutura que os esmagava.

Conclusão

O estudo das petições de esmola permite a caracterização dos pobres assistidos, proporcionando variadas e preciosas informações concretas sobre as suas condições de existência: inserção na malha urbana, peso demográfico, repartição etária, por sexos e estados conjugais, caracterização profissional, tipologia e dimensão dos agregados familiares, condições sanitárias, etc.

Analisando estes textos, é possível perceber quais eram e como funcionavam os mecanismos de empobrecimento. Que as adversidades pessoais que relatam são, de facto, uma característica da estrutura socio-económica que inelutavelmente os atingia. Que, por isso, um largo espectro social estava sujeito a cair na indigência.

São uma fonte de primeira ordem para uma aproximação ao estudo das representações mentais destas camadas sociais e de quem lhes presta assistência. Constituem, de facto, uma documentação excepcional porque, apesar de algum formalismo das frases feitas, são textos ditados ou co-produzidos pelos próprios suplicantes, a palavra tornada escrita de quem é pobre e desvalido, de gente que usualmente não deixa testemunhos na 1ª pessoa. Mas nos arquivos das Santas Casas guarda-se a memória dos famintos, vivos na palavra perpetuada em documentos que as Misericórdias souberam conservar.

Coimbra, Outubro de 2001

Maria Antónia Lopes